RELAÇÃO ENTRE ATIVO FISCAL DIFERIDO E REMUNERAÇÃO DOS EXECUTIVOS: UMA ANÁLISE NO SETOR DE BENS INDÚSTRIAS BRASILEIRO.

Lara Dias Furtado (ufg) - larafurtado@discente.ufg.br

Carlos Henrique Silva do Carmo (UFG) - chscarmo@ufg.br

Júlio Orestes da Silva (UFG) - orestesj@gmail.com

Kleber Domingos de Araújo (UFG) - kleberfgv@yahoo.com.br

Resumo:

O estudo objetivou-se analisar a relação entre Ativo Fiscal Diferido (AFD) na maximização da remuneração dos executivos das empresas brasileiras da B3. Foi utilizado dado em painel curto de uma amostra composta por 60 empresas classificadas como bens industriais entre os anos de 2015 a 2021. Foram estimados seis modelos de regressão por efeitos aleatórios e efeitos pooled. Como variável dependente, utilizaram-se as remunerações total, fixa e variável, coletadas no formulário de referência das empresas. Para as variáveis independentes utilizaram-se os índices contábeis financeiros extraídos da Economatica@. Os achados identificaram relação negativa significativa entre Ativo Fiscal Diferido e Índice do Ativo Fiscal Diferido com a remuneração dos executivos total, fixa e variável. Os resultados desta pesquisa revelam que os Ativos Diferidos não influenciam na maximização da remuneração dos executivos.

Palavras-chave: *Ativo Fiscal Diferido; Remuneração; Executivos.*

Área temática: *Controladoria e Contabilidade Gerencial*

RELAÇÃO ENTRE ATIVO FISCAL DIFERIDO E REMUNERAÇÃO DOS EXECUTIVOS: UMA ANÁLISE NO SETOR DE BENS INDÚSTRIAS BRASILEIRO.

Resumo

O estudo objetivou-se analisar a relação entre Ativo Fiscal Diferido (AFD) na maximização da remuneração dos executivos das empresas brasileiras da B3. Foi utilizado dado em painel curto de uma amostra composta por 60 empresas classificadas como bens industriais entre os anos de 2015 a 2021. Foram estimados seis modelos de regressão por efeitos aleatórios e efeitos pooled. Como variável dependente, utilizaram-se as remunerações total, fixa e variável, coletadas no formulário de referência das empresas. Para as variáveis independentes utilizaram-se os índices contábeis financeiros extraídos da Economatica@. Os achados identificaram relação negativa significativa entre Ativo Fiscal Diferido e Índice do Ativo Fiscal Diferido com a remuneração dos executivos total, fixa e variável. Os resultados desta pesquisa revelam que os Ativos Diferidos não influenciam na maximização da remuneração dos executivos.

Palavras-chaves: Ativo Fiscal Diferido; Remuneração; Executivos.

Área técnica do evento: Controladoria e Contabilidade gerencial.

1 INTRODUÇÃO

O ofício circular da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 01 de 2021, levantou algumas especulações quanto às incertezas tributárias voltadas para a possibilidade de distribuição de dividendos baseados em créditos fiscais e a possibilidade dos mesmos créditos para remunerar os executivos quando calculados de maneira inadequada. Para a CVM o reconhecimento de créditos fiscais pode ser revertido em dividendos ou ainda em pacotes de remuneração para executivos com base nos resultados que podem não se consolidar. (CVM, 2021)

No Brasil a norma contábil do cálculo dos tributos sobre o lucro foi deliberada pela CVM em 1998 especificamente para empresas de capital aberto e em 2004 foi editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para as demais empresas. As normas têm como objetivo alinhar a contabilização dos tributos sobre o lucro, o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos que podem gerar tanto prejuízos ou créditos fiscais que não foram utilizados pela empresa. (KRONBAUER et al. 2012; MADEIRA, 2015)

Para Kronbauer et al. (2012) o reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido (AFD) influencia o desempenho financeiro das entidades e esse fator pode gerar comportamentos oportunistas, como gerenciamento de resultados. Tais caminhos podem levar os gestores a escolherem medidas legais, ou não, que podem influenciar o desempenho da companhia com o objetivo de aumentar o lucro e alcançar as metas.

Kronbauer, et al. (2010) afirmaram que o AFD pode ser utilizado de forma oportunista para maximizar os indicadores financeiros e econômicos das empresas.

Madeira e Costa Júnior (2016) demonstraram que as empresas não financeiras de capital aberto utilizam a norma contábil dos tributos sobre o lucro para aumentar a rentabilidade da empresa.

A teoria da agência explica que a criação de um pacote de remuneração para os executivos alinha os interesses entre agentes e principais e reduz o conflito de interesse. Os executivos ao analisarem que suas ações podem refletir no desempenho do lucro, tendem a concentrar seus esforços em aumentar o valor de suas remunerações. (MURPHY, 1999) A remuneração dos executivos pode ser um mecanismo de governança para alinhar os interesses entre executivo e acionista (BEUREN, PAMPLONA E LEITE, 2020)

Ramírez, Rojas e Torres (2014) aferiram o efeito dos créditos fiscais no resultado da empresa e se esses efeitos aumentam a expectativa dos investidores. os resultados demonstraram que o aumento do Ativo Total derivado do reconhecimento de um crédito no resultado, pode beneficiar a remuneração para os executivos.Por outro lado, Bird (2018) estudou as consequências da reforma tributária no Canadá e identificou que o aumento da carga tributária reduziu a remuneração dos executivos por opção de ações nos dois primeiros anos após a reforma e afetou de forma substancial a remuneração dos executivos.

Duarte et al, (2021) afirmou que a criação de um pacote de remuneração pode incentivar o aumento do ativo da empresa de acordo com desempenho dos executivos, essa explicação se dá pelo fato de que o montante de remuneração dos Agentes está ligado ao desempenho do pagamento do agente e principal.

Com a finalidade de compreender a influência do ativo fiscal diferido na maximização da remuneração dos executivos, levantou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual relação entre o ativo fiscal diferido e a remuneração dos executivos das empresas brasileiras da B3. Para alcançar os objetivos foi analisada uma amostra de 60 empresas do segmento de bens industriais no período de 2015 a 2021. As variáveis dependentes utilizadas foram a remuneração total, fixa e variável disponível no formulário de referência das empresas. Para as variáveis independentes foram utilizados índices contábeis financeiros extraídos da Econmatica@.

Esse artigo justifica-se pelas contribuições teóricas e práticas. Para contribuição teórica a relação entre remuneração fixa e variável e para o Ativo Fiscal Diferido a contabilização do tributo sobre lucro. Na perspectiva prática, espera-se que este estudo contribua com os mecanismos de governança corporativa, isso porque o alinhamento da remuneração entre agente e principal reforça a maximização dos resultados da companhia. Adicionalmente, busca-se de forma indireta criar-se um mecanismo de remuneração baseado em créditos fiscais com base nos resultados que podem não se consolidar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Remuneração dos Executivos

Estudos sobre remuneração de executivos e incentivos gerenciais vêm sendo discutidos há anos nos Estados Unidos (EUA), uma vez que a remuneração dos agentes corporativos é divulgada ao público há décadas (ZHOU, 1999). Esses acontecimentos se

deram principalmente após os eventos ocorridos nos EUA envolvendo escândalos entre os executivos e as grandes empresas americanas somado com a crise da Europa no início do século XX. (SILVA & BEUREN, 2010)

A teoria da agência explica que os agentes possuem interesses próprios em uma organização, e que esses interesses podem provocar conflitos, quando não houver esforços cooperativos. Para diminuir o conflito de interesses existem formas de remuneração para compensar os agentes e alinhar o interesse dos acionistas e dos executivos. (BEUREN, PAMPLONA & LEITE, 2020). Nessa perspectiva, a criação de um pacote de remuneração pode ser uma solução para reduzir o conflito da agência. (MURPHY, 1999)

Para Krauter (2009, p.22), existem vários conceitos que podem ser apropriados para definir "Remuneração" e afirma que "A remuneração é um dos sistemas mais importantes e complexos da administração de recursos humanos". O conceito de remuneração desenhado por Krauter (2009) divide a remuneração entre financeira e não financeira. A financeira pode ser de forma direta e indireta. A remuneração direta é aplicada entre fixa e variável.

A remuneração direta tem como incentivos monetários que estão relacionados a práticas gerenciais, com objetivo de alinhar os interesses da Firma (AGUIAR et al, 2012). Os tipos de incentivo financeiro destacados por Murphy (1999) são: salário-base, bônus anuais, planos de incentivo de longo prazo e incentivos baseados em ações.

A remuneração fixa é o montante em dinheiro pago ao executivo pelo seu trabalho (DUTRA, 2002). O salário-base é um exemplo de remuneração fixa pré-estabelecida entre a Firma e o Executivo. Esse tipo de remuneração não depende do desempenho do administrador (AGUIAR et al, 2012). O objetivo da remuneração fixa é reduzir o risco do executivo e priorizar o interesse dos acionistas, mas esse tipo de remuneração pode causar o descontentamento dos executivos e causar conflito de agência (RISSATTI et al. 2019).

Já a remuneração variável está condicionada aos indicadores de desempenho e a metas orçamentárias (MURPHY, 1999). A remuneração variável possui aspectos de longo e curto prazo. O plano de remuneração variável que envolve bonificação leva em torno de um ano, já a remuneração baseada em ações requer um tempo maior. (MERCHANT & VAN DER STEDE, 2003).

Ocorre que a remuneração variável força os executivos assumirem maiores riscos para alcançar as metas orçamentárias. Esse fenômeno provoca maior desempenho por parte dos executivos e leva a maior satisfação dos acionistas, reduzindo o conflito de agência (MURPHY, 1999). São exemplos de remuneração variável: Bônus, gratificação, comissão, incentivos, participação nos resultados, participação nos lucros e participação acionária (KRAUTER, 2009).

Krauter (2009) destaca que a remuneração indireta é dada pela forma com que os benefícios são distribuídos pelas tarefas realizadas pelos agentes. Seu objetivo é dar proteção e comodidade. Os exemplos mais comuns desse tipo de remuneração são assistência médica, odontológica, seguro de vida, disponibilidade de viagem, dispor do automóvel da Firma, entre outros. A remuneração não financeira dificilmente é incorporada nas empresas. É comum algumas instituições dar apoio ao desenvolvimento pessoal e desenvolvimento de carreira para incentivar o crescimento interpessoal por meio de treinamento e conhecimento científico.

Pesquisas acerca da remuneração são recorrentes, como dos autores Hite & Long (1982) que encontraram planos de incentivos que envolviam remuneração baseado em resultados contábeis nas 60 maiores empresas industriais nos Estados Unidos e observaram que as compensações tributárias desempenham papel importante na forma com que os executivos são remunerados.

Duarte et al (2021) demonstraram que medidas financeiras contábeis, como o tamanho da empresa e Crescimento possuem relação positiva com remuneração fixa e variável, mas medidas como Margem Líquida, Retorno sobre o Ativo e Crescimento, não apresentaram relação positiva com nenhum tipo de remuneração, total, fixa ou variável. Esse evento pode ser explicado, porque algumas empresas da amostra apresentaram resultados negativos em algum período coletado.

Bird (2018) destacou em seu trabalho que os tributos afetam substancialmente a remuneração dos executivos. A reforma tributária no Canadá em 2010 aumentou a alíquota do Imposto de Renda sobre a remuneração por opção de ação. Foi coletado dados de 600 empresas e os cinco principais executivos entre os de 2008 a 2011. Os achados demonstraram que a remuneração por opção de ação dos dois anos após a reforma diminuiu a remuneração baseada em ação, e que o pacote de remuneração por opção de ação foi substituído por outro tipo de pagamento, como o pagamento de remuneração por bônus em valores monetários.

Chaves et al (2021) estudaram as empresas do setor de energia elétrica de capital aberto do Brasil e buscou identificar se há relação positiva entre os índices de desempenho financeiro e as práticas de remuneração. Seus achados, de acordo com os resultados, têm relação positiva entre remuneração dos executivos e o desempenho das empresas de energia com indicador financeiro retorno Sobre o Ativo (ROA).

Wang & Yao (2021) investigaram o impacto dos incentivos de remuneração dos executivos na evasão fiscal corporativa das empresas listadas na China entre os anos de 2013 a 2018. Seus achados confirmaram que os pacotes de remuneração dos executivos possuem inúmeros efeitos em empresas estatais e não estatais. Nas empresas estatais as remunerações em valores monetários altos causam evasão fiscal, já em empresas não estatais a remuneração dos executivos mais altos não causam evasão fiscal. Os custos tributários das empresas estatais aumentam na mesma medida que o desempenho dos executivos diminui. A pesquisa demonstrou que os executivos estão mais preocupados em se promover e conquistar cargos mais altos do que nos benefícios proporcionados por metas.

2.2 Ativos Fiscais Diferidos e Desempenho

O tributo sobre o lucro é o resultado contábil calculado pelo princípio da competência, depois de reconhecer as diferenças permanentes que dão origem ao tributo diferido. A diferença permanente é calculada com base no resultado contábil e fiscal que dão origem às diferenças temporais entre despesa de tributos sobre o lucro e provisão. A diferença tributária é base para o reconhecimento dos ativos ou passivos fiscais diferidos e as diferenças temporárias devem ser classificadas no Balanço Patrimonial. (KRONBAUER et al, 2010)

Diferença permanente é a receita com dividendos classificada como receita contábil, mas que não tem capacidade de alterar o resultado fiscal no período presente e

nem em períodos futuros. (MADEIRA, 2015) Exemplos de despesas que se originam de diferenças temporárias dedutíveis são: provisões para perdas estimadas, provisão para manutenção e reparos, provisão para garantia, para riscos e passivos contingentes e aquelas provisões que ultrapassaram os limites permitidos pela norma contábil. (IUDÍCIBUS et, al, 2010)

O Passivo Fiscal Diferido refere-se ao montante tributário sobre o lucro devido em um período futuro que dá origem à natureza das diferenças temporárias tributáveis. O Ativo Fiscal Diferido é o montante do tributo sobre o lucro de natureza recuperável para um período futuro por "diferenças temporárias dedutíveis; compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados; e por compensação futura de créditos fiscais não utilizados." (CPC 32, 2020, p.09)

Diferença temporária são valores dedutíveis que resultam em lucro tributável ou em prejuízo fiscal de eventos futuros quando o valor contábil do ativo ou do passivo possa ser recuperado ou liquidado. As diferenças temporárias ocorrem quando o reconhecimento das receitas e das despesas é diferente para apuração do lucro contábil e do lucro tributável. (LEROY et al. 2019)

Kronbauer et al (2012) investigaram o impacto do reconhecimento de AFD na composição financeira e o desempenho econômico de 36 empresas classificadas na B3 no nível de governança corporativa entre 2006 e 2008. Os autores identificaram que o reconhecimento AFD tem relação positiva com os índices de liquidez e endividamento. Os resultados foram comprovados por meio do teste de correlação e análise de dependência pela regressão múltipla.

Madeira (2015) examinou o nível de reconhecimento dos AFD nas empresas brasileiras após o Brasil ter adotado as IFRS. Para sua investigação, foram coletados dados de 69 empresas entre 2010 a 2013 classificadas no índice IBrX 100. Por meio da análise multivariada de regressão múltipla com dados em painel, o autor identificou que o reconhecimento do AFD não explica o endividamento das empresas, ou seja, não existe evidência que os tributos diferidos possam influenciar o grau de endividamento.

Madeira (2015) ainda identificou que empresas maiores tendem a registrar um montante menor de AFD para diminuir sua exposição. Já as empresas que apresentaram menores desempenhos financeiros tendem a aumentar o reconhecimento AFD, possivelmente camuflando o baixo desempenho. Por fim, empresas com maior rentabilidade tendem a reduzir os valores de reconhecimento do AFD, a fim de reduzir o lucro e minimizar os custos políticos.

Schuh et al (2018) estudaram os fatores que influenciam o reconhecimento AFD de 59 empresas brasileiras listadas na B3 entre os anos de 2009 a 2017. Seus resultados demonstraram que o Índice do Ativo Fiscal Diferido (IAFD) tem relação significativa e negativa com a receita de vendas o valor total do ativo. Os resultados podem ser explicados após a alteração nas IFRS e sugere a necessidade de pesquisas futuras que possam explicar as determinantes de forma mais clara ao nível de AFD das empresas brasileiras.

Andrade (2019) buscou relacionar se o reconhecimento do AFD reflete na situação financeira das empresas do setor elétrico do Brasil entre o período de 2014 e 2015 para uma amostra de 30 empresas. Sua pesquisa vai de encontro aos resultados de Kronbauer et al. (2012) que se alinha à existência significativa entre os índices de

liquidez e o grau de endividamento para o reconhecimento AFD e conclui que o reconhecimento do AFD melhora o desempenho financeiro da Firma.

Gorlitz & Dobler (2023) realizaram uma análise bibliográfica sobre pesquisas empíricas de contabilidade que abordaram os tributos diferidos ao longo dos anos. Foram 76 artigos de alto conceito publicados nas últimas três décadas. Seus achados determinaram que entre as pesquisas analisadas entre 1990 a 2019 os estudos estão relacionados tanto ao gerenciamento de resultados quanto à importância do valor dos impostos diferidos. Os Estados Unidos dominam os estudos desse tema. No geral, os achados dessa pesquisa revelaram que os impostos diferidos são relevantes para os usuários das demonstrações contábeis em termos de valores, porque vai além da previsão financeira e valores de mercado. Os autores consideram que a variável ativos fiscais diferidos é um indicador de gerenciamento de resultados.

Com base nas argumentações, busca-se identificar a relação entre remuneração total, remuneração fixa e remuneração variável dos executivos com Ativo Fiscal Diferido (AFD). Desta, forma, formula-se a seguintes hipóteses de pesquisa:

H1: O reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido influencia mais a remuneração dos executivos.
H2: Quanto maior o Índice do Ativo Fiscal Diferido maior a remuneração dos executivos.

3 MÉTODOS

3.1 Amostra e Coleta de Dados

A amostra é composta por 60 empresas abertas de bens industriais listadas no sítio eletrônico da Bolsa de Valores do Brasil, B3. As 60 empresas apresentaram informações necessárias para estimação dos modelos econométricos de acordo com a tabela 01. Justifica-se a escolha de setor bens Industriais porque, estudos realizados com amostras de todos os setores tendem a esconder detalhes importantes para cada setor. (MOURA et al. 2022)

Tabela 01 - Amostra da pesquisa classifica na base de dados da Economatica@

1	Aco Altona	21	Randon Part	41	Recrusul
2	Aeris	22	Gps	42	Riosulense
3	All Norte	23	Haga S/A	43	Rodobens
4	Armac	24	Hidrovias	44	Romi
5	Atmasa	25	Mobi S/A	45	Rumo S.A.
6	Azevedo	26	Inepar	46	Santos Brp
7	Azul	27	Invepar	47	Schulz
8	Bardella	28	JSL	48	Sequoia Log
9	B Logística	29	Kepler Weber	49	Sondotecnica
10	CCR SA	30	Log-In	50	Taurus Armas
11	Conc Rio Ter	31	Marcopolo	51	Tecnosolo
12	Dtcom Direct	32	Metalfrio	52	Tegma

13	Ecorodovias	33	Metisa	53	Trevisa
14	Emb Par S/A	34	Mills	54	Triunfo Part
15	Embraer	35	Minasmaquina	55	Tupy
16	Estapar	36	Mrs Logist	56	Valid
17	Eternit	37	Nordon Met	57	Weg
18	Flex S/A	38	Portobello	58	Wetzel S/A
19	Fras-Le	39	Prática	59	Wilson Sons
20	Gol	40	Priner	60	Wlm Ind Com

Fonte: Elaborado pelos autores

As empresas da amostra possuem ações ativas negociadas na Bovespa entre os anos de 2015 e 2021, período escolhido consiste no fato de que a lei 12.973 de 2014 que passou a vigorar em 2015 pela medida provisória Nº 627, de 11 de Novembro de 2013, alterou a legislação tributária relativa ao Imposto Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), com relação ao acréscimo patrimonial dado por lucros auferidos no exterior por empresas controladas ou coligadas e por pessoa física residente no Brasil que tem pessoa jurídica controlada no exterior. (BRASIL, 2014).

3.2 Variáveis

As variáveis dependentes são a Remuneração Total (RT), a Remuneração Fixa (RF) e a Remuneração Variável dos Executivos (RV). Para coleta das variáveis dependentes, foi utilizada a remuneração total por órgão entre os anos de 2015-2021 de acordo com formulário de referência na B3. Além de coletar o total de remuneração por órgão, houve a necessidade de coletar o número de executivos remunerados por cada empresa para calcular a média dos valores pagos aos executivos. Ressalta-se que a remuneração dos executivos foi tratada nesse estudo como remuneração média, isso porque, os resultados do quociente foram calculados pela equação remuneração divididos pelo número de executivos.

Logo, para as variáveis independentes foram utilizados índices contábeis financeiros extraídos da Econmatica@: Ativo Fiscal Diferido (AFD), Índice do Ativo Fiscal Diferido (IAFD) Tamanho da Empresa (TAM), Retorno sobre o Ativo (ROA), Crescimento (CRES) e Margem Líquida (ML). Para Duarte et al, (2021) o pacote de remuneração pode incentivar o aumento do ativo da empresa de acordo com desempenho dos executivos, essa explicação se dá pelo fato de que o montante de remuneração dos Agentes está ligado ao desempenho do pagamento do agente principal. Para Krauter (2009); Duarte et al, (2021) as empresas com maior crescimento pagam menores valores na remuneração dos executivos e empresas com maior margem líquida tendem a aumentar os valores de remuneração. Espera-se que a RT, RF e RV tenham relação positiva com as variáveis CRES e ML.

Camargo; Helal & Boas (2007) Duarte et al (2021) destacaram que empresas que informaram ter maior retorno sobre o ativo tendem a aumentar o valor da remuneração dos executivos. Esses fenômenos, de acordo com os autores, podem diminuir o conflito de interesse entre os executivos e os acionistas. Portanto, espera-se

que a variável ROA tenha relação positiva com a remuneração dos executivos, total, fixa e variável.

Schuh et al. (2018) apresentou resultados onde empresas menores são mais propensas a reconhecer o maior montante de AFD, dado as circunstâncias, o que pode-se sugerir é que as empresas dessa amostra utilizem os AFD como mecanismo de aumento do seu ativo e consequentemente melhore a remuneração dos executivos.

Na tabela 02 é possível observar as variáveis dependentes, de controle e explicativa.

Tabela 02: Variáveis Dependentes e Independentes.

Variável	Fórmula	Autores	Fonte
Variáveis Dependentes			
Remuneração Total (RT)	$\frac{RT}{Número\ de\ executivos}$	Duarte et al, (2021); Krauter (2009)	Formulário de Referência
Remuneração Fixa (RF)	$\frac{RF}{Número\ de\ executivos}$	Duarte et al, (2021); Krauter (2009); Rissatti et al. (2019)	Formulário de Referência
Remuneração Variável (RV)	$\frac{RV}{Número\ de\ executivos}$	Duarte et al, (2021); Krauter (2009)	Formulário de Referência
Variáveis de Controle			
Tamanho da Empresa (TAM)	$\sum AC\ e\ ANC$	Duarte et al (2021)	Economatica@
Endividamento (END)	$\frac{Passivo\ Exigível}{Patrimônio\ Líquido}$	Madeira (2015)	Economatica@
Retorno sobre o Ativo (ROA)	$\frac{Lucro\ Líquido}{Patrimônio\ Líquido - Ativo\ Total}$	Duarte et al (2021)	Economatica@
Crescimento (CRES)	*Variação na receita operacional líquida da empresa i entre t-1 e t, dividida pela receita líquida operacional no de t-i*	Krauter (2009); Oliveira (2017); Duarte et al, (2021)	Economatica@
Margem Líquida (ML)	$\frac{Lucro\ Líquido}{Vendas}$	Krauter (2009); Nascimento, Franco e Cherobim (2012); Duarte et al,(2021)	Economatica@
Variáveis Explicativas			
Ativo Fiscal Diferido (AFD)	Reconhecimento dos ativos fiscais diferidos registrados pela empresa referente a tributos sobre os lucros diferidos.	Kronbauer et al. (2012)	Economatica@
Índice do Ativo Fiscal Diferido (IAFD)	$\frac{AFD}{Ativo\ Total}$	Madeira (2015)	Economatica@

Fonte: Elaborado pelos autores

3.3 Modelos Econométricos

Para analisar a existência de relação entre a remuneração dos executivos e as variáveis independentes de controle e explicativas foram construídos seis modelos de equações para testar as hipóteses de pesquisa. Para avaliar as equações foi realizado o modelo de regressão linear múltipla em painel para investigar a influência do AFD e o IAFD na remuneração dos executivos.

$$RTit = \beta 0 + \beta 1 AFDit + \beta 2 TAMit + \beta 3 ENDit + \beta 4 ROAit + \beta 5 MLit + \beta 6 CRESit + \varepsilon it \quad (1)$$
$$RFit = \beta 0 + \beta 1 AFDit + \beta 2 TAMit + \beta 3 ENDit + \beta 4 ROAit + \beta 5 MLit + \beta 6 CRESit + \varepsilon it \quad (2)$$
$$RVit = \beta 0 + \beta 1 AFDit + \beta 2 TAMit + \beta 3 ENDit + \beta 4 ROAit + \beta 5 MLit + \beta 6 CRESit + \varepsilon it \quad (3)$$
$$RTit = \beta 0 + \beta 1 IAFDit + \beta 2 TAMit + \beta 3 ENDit + \beta 4 ROAit + \beta 5 MLit + \beta 6 CRESit + \varepsilon it \quad (4)$$
$$RFit = \beta 0 + \beta 1 IAFDit + \beta 2 TAMit + \beta 3 ENDit + \beta 4 ROAit + \beta 5 MLit + \beta 6 CRESit + \varepsilon it \quad (5)$$
$$RVit = \beta 0 + \beta 1 IAFDit + \beta 2 TAMit + \beta 3 ENDit + \beta 4 ROAit + \beta 5 MLit + \beta 6 CRESit + \varepsilon it \quad (6)$$

3.4 Análise de Dados

Depois que as variáveis foram definidas, os dados foram organizados no software Excel e em seguida foram importados para o Stata@ e transformados em dados em painel para controlar a heterogeneidade individual. Os dados em painel providência maior quantidade de informação, maior variabilidade e maior eficácia na estimação e este aumento proporciona melhor colinearidade existente entre as variáveis (FÁVERO & BELFIORE. 2021) Ao todo foram 60 empresas classificadas na B3 Bens e Indústrias com 420 observações, 73 variáveis e sete anos (*tempo-t*) 2015 a 2021.

Para analisar a normalidade de cada grupo, utilizou-se o teste de *Shapiro-wilk,* após aplicação do teste observou-se que as variáveis não possuem distribuição normal. Em seguida foi realizada uma análise estatística descritiva univariada calculando indicadores como: média, mediana, desvio padrão, mínimo e máximos. Para verificar a correlação existente entre as variáveis independentes e a variável dependente utilizou-se o coeficiente de correlação *Spearman*.

Por último, para identificar o modelo de regressão múltipla mais adequado para o teste de hipóteses de pesquisa foi realizado o teste de efeitos fixos, aleatórios e *pooled* (SANTOS, 2018). O primeiro teste aplicado foi o teste de *Chow*, para analisar o melhor modelo entre efeitos *fixos* e *pooled*. Em seguida foi aplicado o teste LM de *Breusch-Pagan*, para escolher o modelo mais apropriado entre efeitos *aleatórios* e *pooled*. Para finalizar foi aplicado o teste de *Hausman*, a fim de definir qual o melhor modelo entre efeitos *fixos* e *aleatórios*. (FÁVERO & BELFIORE. 2021) O resultado aceito para regressão de dados em painel foram os efeitos *aleatórios* e *pooled.*

3.5 Discussão dos Resultados

A tabela 01 demonstra a estatística descritiva das variáveis dependentes RT, RV e RF.

Tabela 03: Estatística descritiva – Variáveis dependentes

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min.	Max.

RT	340	3.474,70	284,07	0	5.250,08
RF	340	329,16	191,08	0	1.137,77
RV	340	528,57	324,99	0	5.111,07

Nota: Os dados foram revertidos na casa de milhares.
Fonte**:** Elaborado pelos autores

A coleta de dados da remuneração total levou em consideração os órgãos do conselho da administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, além disso, foram somados os benefícios diretos e indiretos, as participações em comitês, outros valores fixos como INSS e FGTS, os bônus, participações nos resultados, participações em reuniões e pagamento baseado em ações. A média da Remuneração Total (RT) foi dividida pelo número de executivos de seus respectivos órgãos. Em média, os executivos receberam de 3.474,70 mil e a remuneração máxima foi no valor de 5.250,08 mil pagos pela empresa AllNorte.

A média da Remuneração Fixa foi 328,16 reais por executivo e a remuneração máxima foi de 1.137,77 mil pela empresa Minasmaquinas. Observa-se que algumas empresas não apresentaram remuneração fixa ou variável tais como a Wetzel S/A, Sondotecnica, Mrs Logist, Riosulense, Tecnosolo, Minasmaquina, Nordon Met, Hmob S/A Inepar, Haga S/A, Dtcom Direct, Bardella, Azevedo e a Embrapar S/A. A remuneração variável mínima foi zero e a máxima foi de 5.111,07 mil reais pela Sociedade Atmasa. Nota-se que os valores mínimos e máximos das remunerações não são próximos, havendo uma dispersão maior na remuneração total e baixa na remuneração fixa.

A tabela 02 demonstra a estatística descritiva das variáveis independentes de controle e a variável independente explicativa, onde os indicadores de desempenho evidenciam a frequência das categorias abordadas no presente estudo com a média, o desvio padrão os valores mínimos e máximos.

Tabela 04: Estatística Descritiva – Variáveis independentes

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min.	Max.
TAM	398	497,64	917,39	250	567,07
END	397	141,95	307,98	-473,20	2.18
ROA	398	-1,55	2,16	-2,26	8,63
ML	391	-3,13	5,35	-105,46	5,33
CRES	398	228,65	376,39	0	2,36
AFD	397	103,65	222,35	0	1.662,57
IAFD	395	0,25	0.38	0	0,27

Nota: Os dados foram revertidos na casa de milhares.
Fonte**:** Elaborado pelos autores

As variáveis TAM, END e CRES tiveram um reconhecimento positivo entre os anos de 2015 a 2021, já ROA e ML apresentaram resultados negativos, esse fenômeno ocorre pelo fato das empresas apresentarem prejuízo em algum ano do período coletado. Quanto ao AFD demonstrou média de 103,65 mil de ativos diferentes reconhecidos no

Balanço Patrimonial, o valor mínimo reconhecido foi zero, esse fator pode ser explicado devido algumas empresas não demonstraram reconhecimento ou não tiveram o devido retorno de tributos sobre o lucro. O IAFD apresentou resultados positivos, o valor mínimo reconhecido indica que algumas empresas não apresentaram o resultado fiscal no período presente e nem em períodos futuros.

3.6 Estatística Bivariada

Depois de analisar a estatística descritiva, foi realizado o teste de correlação de *Spearman* para avaliar o comportamento entre as variáveis deste estudo. Os resultados são apresentados na tabela 04. Em relação às variáveis de controle, verifica-se que TAM possui uma relação positiva com a remuneração total (84,75%), fixa (52,09%) e variável com (73,16%) a um nível de significância de 1%.

A variável END demonstrou relação positiva com a remuneração total com (57,89%), fixa (45,08%) e variável (58,39%) em nível de significância de 1%. Já a variável ROA e ML não tiveram relação significativa com nenhuma das variáveis dependentes. A respeito da variável CRES, consta-se uma correlação positiva com 1% de significância com a remuneração total (70,55%), fixa (54,67%) e variável (73,89%). Por fim, o AFD (50,8%) com remuneração total, relação intermediária (37,01%) com remuneração fixa e positiva com (53,52%) com remuneração variável. Já IAFD tem relação positiva, mas com resultados intermediários tanto para remuneração total (26,06%), quanto para fixo (15,52%) e para variável (28,79%).

Em termos gerais observa-se que as correlações apresentaram níveis altos de relação para as variáveis de controle TAM e CRES. Isso indica presença de multicolinearidade. Esse fenômeno pode ser observado entre a correlação das variáveis dependentes (remuneração dos executivos) e as variáveis de controle. Já a variável explicativa (IAFD) apresentou relação com níveis moderados, esse resultado pode ser bem visto entre a correlação com as variáveis dependentes.

Tabela: 04 – Correlação de *Spearman*

	RT	RF	FV	AFD	IAFD	TAM	REND	ROA	ML	CRES
RT	1									
RF	0,8475*	1								
FV	0,8885*	0,6342*	1							
AFD	0,5098*	0,3701*	0,5352*	1						
IAFD	0,2606*	0,1552	0,2879*	0,8141*	1					
TAM	0.7023*	0.5209*	0.7316*	0.6406*	0.2489*	1				
END	0,5789*	0,4508*	0,5839*	0,5061*	0,2375*	0,7651*	1			
ROA	-0,1395	-0,1495	-0,0930	-0,0876	-0,1426	-0,0577	-0,2685	1		
ML	-0,1092	-0,1535	-0,0438	-0,0236	-0,1041	0,0390	-0,1472	0,9383*	1	
CRES	0,7055*	0,5467*	07389*	0,6310*	0,2767*	0,9247*	0,6775*	0,0704	0,1307	1

Nota: * indica significância a nível 1%.
Fonte: Elaborada pelos autores.

3.7 Estatística Multivariada

Foram testados modelos econométricos de Regressão Linear para dados em painel curto. A tabela 05 foi divida entre painel A e painel B. O painel A representa a

relação das remunerações com AFD e o painel B representa a relação com as remunerações e o IAFD.

Os modelos apresentaram significância estatística, conforme aponta prob>F, o que demonstra adequação para análise multivariada dos dados. Observa-se que para o modelo 01 a regressão mais adequada foi por efeitos *pooled*. Para modelo 02, efeitos aleatórios e para modelo 03 efeitos *pooled.* Já o painel B, onde se encontra a relação com remuneração e IAFD, o modelo 04 mais adequado para dados em painel foi *pooled*, seguindo com aleatórios e finalizando com efeitos *pooled*.

Tabela 05**:** Painel A - Resultados dos modelos estatísticos

Modelo 01: Regressão – RT e AFD				
RT	*Coef.*	*Std. Err.*	*t*	*p> t*
AFD	-3,0610	3,1356	-0,98	0,333
TAM	0,1524	0,1146	01,33	0,189
END	-0,0301	0,1027	0,29	0,770
ROA	-3,5778	4,5611	-0,78	0,436
ML	59,0410	54,5208	1,08	0,283
CRES	-0,2657	0,3665	-0,73	0,471
R^2	0,12%			
Prob >F	0,0037			
OBS	334			
Testes de efeitos	*F de Chow*	0,9040	*Breusch Pagan*	1,0000
Modelo 02: Regressão – RF e AFD				
RF	*Coef.*	*Std. Err.*	*t*	*p> t*
AFD	0,01536	0,0663	0,23	0,817
TAM	0,0051	0,0023	2,13	0,033**
END	0,0022	0,0036	0,63	0,530
ROA	-2,6394	1,8001	-1,47	0,143
ML	0,2557	0,1618	1,58	0,114
CRES	0,0022	0,0033	0,67	0,503
R^2	40,83%			
Prob >F	0,000			
OBS	334			
Efeitos	*F de Chow*	0,0000	*Hausman*	0,5395
Modelo 03: Regressão – RV e AFD				
RV	*Coef.*	*Std. Err.*	*t*	*p> t*
AFD	0,0161	0,7225	0,982	0,982
TAM	-0,0550	0,0513	-1,07	0,288
END	0,0446	0,0532	0,84	0,405
ROA	1,3833	1,5721	0,88	0,383
ML	0,7598	1,3452	1,27	0,574
CRES	0,2165	0,1734	1,27	0,208
R^2	2,89%			
Prob >F	0,0004			
OBS	334			
Efeitos de testes	*F de Chow*	0,1219	*Breusch Pagan*	1,0000

Nota: *** indica significância a nível 1%; ** indica significância a nível 5%; *indica significância em nível de 10%

Fonte: Elaborado pelos autores

Por meio dos coeficientes estimados, foi possível observar que não existe relação positiva entre remuneração e AFD conforme aponta Prob>F. Esse fator segue para todos os tipos de remuneração evidenciados na pesquisa. Logo, a H1 de que o reconhecimento do AFD influencia mais a remuneração dos executivos não pode ser comprovada. Portanto rejeita-se a hipótese de pesquisa. A relação entre Remuneração e o IAFD não apresentou significância estatística para todos os tipos de remuneração. Assim a H2 de que quanto maior o Índice do Ativo Fiscal diferido maior a remuneração dos executivos, não pode ser comprovada conforme aponta Prob>F. Logo, rejeita-se a hipótese de pesquisa.

Mesmo rejeitado as hipóteses de pesquisa, os resultados alcançados foram parcialmente positivo, isso porque, as principais pesquisas exposta pela bibliografia do referente estudo foram investigadas nos Estado Unidos por Hite & Long (1982), por Bird (2018) no Canadá e Wang & Yao (2021) na China. Para Ott et al. (2012) a contabilidade e as normas tributárias brasileiras possuem conflitos de reconhecimento dos créditos, isso ocorre porque a contabilização dos elementos contábeis e a associação das informações geradas pela contabilidade são diferentes dos objetivos das normas tributárias.

A variável de controle Tamanho, demonstrou relação positiva com a remuneração fixa em nível de 5% no painel A e 1% no Painel B. Pode-se afirmar que as maiores empresas tendem a pagar os maiores salários-base para os executivos. Esses resultados vão de encontro a pesquisa de Duarte et al. (2021) que também encontraram uma relação significativa entre tamanho da empresa e remuneração fixa. Presume-se que esse estudo foi parcialmente positivo, considerando que foram encontrados os mesmos resultados com as demais remunerações.

Quanto às variáveis de controle, ROA, END, ML e CRES não apresentaram relações significativas podendo inferir que as demais variáveis de controle, assim como Duarte et al. (2021,p. 61) não encontraram relação positiva com as remuneração para todos os tipos de remuneração evidenciados na pesquisa conforme aponta Prob>F.

Tabela 05: Painel B - Resultados dos modelos estatísticos

Modelo 04: Regressão – RT e IAFD				
RT	*Coef.*	*Std. Err.*	*t*	*p> t*
IAFD	-2,6207	3,0607	-0,86	0,396
TAM	0,0916	0,0585	1,56	0,123
END	-0,0304	0,1580	-0,19	0,848
ROA	-4,2418	5,2003	-0,82	0,418
ML	5,9238	5,4426	1,09	0,281
CRES	-0,2140	0,3187	-0,67	0,505
R^2	0,23%			
Prob >F	0,0207			
OBS	332			
Testes de efeitos	*F de Chow*	0,9150	*Breusch Pagan*	1,0000
Modelo 05: Regressão – RF e IAFD				
RF	*Coef.*	*Std. Err.*	*t*	*p> t*
IAFD	9,0080	1,7246	0,52	0,601

TAM	0,0053	0,0016	3,26	0,001*
END	0,0022	0,0034	0,65	0,515
ROA	-2,6537	1,7322	-1,53	0,126
ML	0,2496	0,1559	1,60	0,109
CRES	0,0022	0,0033	0,69	0,491
R^2	34,58%			
Prob >F	0,000			
OBS	334			
Efeitos	F de Chow	0,0000	*Hausman*	0,9851

Modelo 06: Regressão – RV e IAFD

RV	*Coef.*	*Std. Err.*	*t*	*p> t*
IAFD	-5,4681	0,1720	-0,32	0,756
TAM	-0,0562	0,0500	-1,12	0,266
END	0,0479	0,0469	1,02	0,312
ROA	1,3243	1,6970	0,78	0,438
ML	0,7243	1,4380	0,50	0,616
CRES	0,2215	0,1714	1,29	0,201
R^2	2,93%			
Prob >F	0,0002			
OBS	332			
Efeitos de testes	*F de Chow*	0,1328	*Breusch Pagan*	1,0000

Nota: *** indica significância a nível 1%; ** indica significância a nível 5%; *indica significância em nível de 10%
Fonte: Elaborado pelos autores

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve a finalidade de compreender a influência do Ativo Fiscal Diferido na maximização da remuneração dos executivos em empresas brasileiras B3 entre os anos 2015 a 2021 no segmento de bens industriais, com uma amostra de 60 empresas. Para chegar aos resultados foi aplicada a estatística descritiva, estatística bivariada e multivariada.

Os achados identificaram relação negativa significativa entre Ativo Fiscal Diferido e Índice do Ativo Fiscal Diferido com a Remuneração dos Executivos total, fixa e variável. Uma possível explicação para estes resultados podem estar relacionados ao fato de que no Brasil a contabilidade e as normas tributárias possuem conflitos de reconhecimento dos créditos fiscais, porque a contabilização dos elementos contábeis e a associação das informações geradas pela contabilidade são diferentes dos objetivos das normas tributárias. (OTT et al. 2012)

A partir dos achados, a H1 (O reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido influência mais remuneração dos executivos) e H2 (Quanto maior o Índice do Ativo Fiscal diferido maior a remuneração dos executivos) não foram comprovadas, portanto, as hipóteses de pesquisa foram rejeitadas.

Os resultados apresentados podem gerar importantes contribuições para o tema sobre a possibilidade de usar o Ativo Fiscal Diferido como medida de Desempenho para maximizar a remuneração dos executivos, uma vez que comprovada estatisticamente este resultado, reforça a teoria da agência, onde um bom pacote de remuneração pode alinhar os interesses entre agente e principal, se tornando uma ferramenta de governança corporativa, a fim de reforçar os interesses no processo de tomada de decisões.

Entende-se, desta maneira, que o objetivo proposto foi atingido em decorrência dos resultados obtidos, porque apresentaram relação negativa significativa entre tributos diferidos sobre o lucro e remuneração dos executivos. Resumindo, os resultados demonstraram que os ativos diferidos não influenciam na maximização da remuneração dos executivos.

Por fim, este artigo oferece oportunidade de estudos empíricos que abordem a relação dos créditos tributários e remuneração dos executivos. Para pesquisas futuras recomenda-se a ampliação da amostra desta investigação em empresas de outros segmentos para aumentar a robustez dos resultados.

REFERÊNCIAS

Livros

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades. São Paulo: **Atlas,** 2010.

Artigos de Periódicos

AGUIAR, A. B., PIMENTEL, R. C. Remuneração de Executivos e Desempenho no Mercado Brasileiro: Relações Contemporâneas e Defasadas. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, 2017.

AGUIAR, Andson Braga, et al. Associação entre sistema de incentivos gerenciais e práticas de contabilidade gerencial. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, p. 40-54, 2012

ANDRADE, Maria Elizabeth Moreira Carvalho. Análise dos ativos fiscais diferidos nas empresas do setor elétrico brasileiro. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 16, n. 40, p. 110-125, 2019.

BARBOSA N., J. E.; OLIVEIRA, W. D. D.; PINHEIRO, L. E. T. Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. **Contabilidade Vista & Revista,** v. 20, n. 4, p. 131-153, 2009.

BEUREN, I. M.; PAMPLONA, E.; LEITE, M.. Remuneração dos executivos e desempenho em empresas brasileiras familiares e não familiares. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, p. 514-531, 2020.

BIRD, Andrew, Taxation and executive compensation: Evidence from stock options. **Journal of Financial Economics**, Volume 127, Issue 2, 2018.

CAMARGOS, M.A; HELAL, D. H; BOAS, A. P. A análise da relação entre remuneração de executivos e o desempenho financeiro de empresas brasileiras. **Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Foz do Iguaçu, 2007.

CHAVES, G. B.; BOSSOLANI, H. B. Relação entre a remuneração dos executivos e o desempenho das empresas: uma análise no setor energético brasileiro. **XI Congresso anpcont-** Modalidade: Artigo Científico. 2021.

DUARTE, J. S. S.; LIMA, A. C. S.; ZANOLLA, E.; CARMO, C. H. S. O impacto do gerenciamento de resultados na remuneração de executivos em empresas familiares e não familiares brasileiras**. Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 252, p. 49-65 – 2021.

DUTRA, Joel Souza. A gestão de carreira. In: FLEURY, Maria Tereza L. et al. As pessoas na organização. São Paulo: **Editora Gente**, 2002.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. Manual de análise de dados. 1 ed. – Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2017

GORLITZ, A and DOBLER, M. Financial accounting for deferred taxes: a systematic review of empirical evidence. **Manag Rev** Q 73, 113–165, 2023.

HITE. Gailen L. LONG Michael S. Taxes and executive stock options, **Journal of Accounting and Economics.** V. 4, Issue 1, 1982.

HOFF, J. VICENTE, E.F.R. O gerenciamento de resultados e a remuneração variável dos executivos das companhias brasileiras listadas na BM & FBOVESPA. **Revista de Contabilidade da UFBA**. V, 10, n. 2 p.64-81, 2016.

MURPHY, K. J. Executive compensation. In: Ashenfelter, O., & Card, D. (Eds.). Handbook of Labor Economics (Vol. 3, Part. B, pp. 2485-2563). Holland: Elsevier, 1999.

NASCIMENTO, C.; FRANCO, L. M. G.; CHEROBIM, A. P. M. S. Associação entre remuneração variável e indicadores financeiros: evidências do setor elétrico. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p. 22-36, 2012.

KRAUTER, Elizabeth. Contribuições do sistema de remuneração dos executivos para o desempenho financeiro: um estudo com empresas industriais brasileiras – São Paulo, p.180, 2009.

KRONBAUER, A. Clovis. SOUZA. A. Marcos; ALVES, W. Thiago ROJAS, M. José. Fatores determinantes do reconhecimento de ativos fiscais diferidos. **Revista Universo Contábil**, FURB, Blumenau, v. 6, n. 4, p. 68-88, out./dez., 2010.

KRONBAUER, C. A.; SOUZA, A. M.; WEBBER, L. F.; OTT, E. Impacto do reconhecimento de ativos fiscais diferidos na estrutura financeira e no desempenho econômico de empresas brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 9, n. 17, p. 39-60, 2012.

LEROY, D. S. R.; SANTANNA, S. V.; JUNIOR, B. C. A.; CALDEIRA, T. I. CPC 32, Lei 12.973/2014 e as despesas de IRPJ/CSLL em empresas de capital aberto listadas no Brasil. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, v.14, n. 2, p.64-86, mai/ago. 2019.

LEWELLEN, Wilbur. LODERER, Claudio. MARTIN Kenneth. Executive compensation and executive incentive problems: An empirical analysis. **Journal of Accounting and Economics,** Volume 9, Issue 3, 1987.

MADEIRA, F. Lopes. Características dos Tributos Diferidos nas Companhias Abertas Brasileiras após a adoção das IFRS. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 8, n. 3, p. 126-147, 2015.

MERCHANT, K. A; VAN DER STEDE, W. A. Management control systems: performance, measurement, evaluation and incentives. Harlow: Prentice Hall, 2003.

MOURA, P. J. P.; FERREIRA, P. M.; CARMO, S. H. C.; MACHADO, S. L. Efeito da revisão da norma de arrendamentos no conservadorismo contábil das companhias abertas de bens industriais. **RGO - Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 15, n. 2, p. 277-292, maio/ago., 2022.

RAMÍREZ, Z. C.; ROJAS, J. M.; TORRES, J. A. R. Contabilidad del impuesto sobre beneficios y resultado global: relevancia valorativa en el mercado financiero español. **Revista de Contabilidad**, v. 17, n. 2, p. 174-182, 2014.

RISSATI, J. C.; SOUZA, J. A. S. de; BORBA, J. A.; LUNKES, R. J. Remuneração de executivos e indicadores de desempenho: Brasil versus EUA. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 20, n. 2, p. 5-19, 2019.

SANTOS, T. R. Avaliação de desempenho e remuneração de executivos em empresas familiares brasileiras. **[Manuscrito] UFG** – 2018.

SCHUH, C. et al. Fatores influenciadores do reconhecimento de ativos fiscais diferidos em empresas do Ibovespa. **Revista Universo Contábil**, v. 14, n. 1, p. 29-49, 2018.

SILVA, J. O.; BEUREN, I. M. Evidenciação da remuneração variável dos executivos nas maiores empresas brasileiras listadas na Bovespa. In: **congresso anpcont**, 4., 2010.

WANG, Y. and YAO, J. Impact of Executive Compensation Incentives on Corporate Tax Avoidance. ***Modern Economy***, 12, 1817-1834, 2021.

Legislação

BRASIL. Lei 12.973 de 13 de maio de 2014. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm.> Acesso em: 03 Fev. de 2023.

CPC 32. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 32 Tributos Sobre o Lucro. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/340_CPC_32_rev%2020.pdf.> Acesso em: 20 de maio de 2023.

CVM. Comissão de valores Mobiliários. ofício-circular/cvm/snc/sep/n.º 01/2021. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/oc-snc-sep-0121.pdf.> Acesso em: 10 de fev. 2023.

Dissertação e Teses

OLIVEIRA, A. M. Influência dos vieses de excesso de confiança e otimismo sobre gerenciamento de resultados em companhias listadas na BM & FBOVESPA. Dissertação (mestrado em contabilidade e finanças) programa de Pós-Graduação em Contabilidade**, Universidade federal do Paraná**, Curitiba, 2017.

ZHOU, Xianming. Executive compensation and managerial incentives: A comparison between Canada and the United States 1 This paper is based on Chapter. 3 of my PhD dissertation submitted to the University of Toronto.1, **Journal of Corporate Finance**, Volume 5, Issue 3, 1999.